

Senadores vêm renúncia ou a "bordaberrização"

Rubem de Azevedo Lima

Se a crise política persistir, seu desfecho mais provável será a renúncia do presidente José Sarney ou a "bordaberrização" do País. Estas foram as conclusões a que chegaram ontem senadores de diversos partidos, entre eles Fernando Henrique Cardoso, Jarbas Passarinho, Carlos Chiarelli e Maurício Corrêa, em face do agravamento das dificuldades crônicas do Brasil, devido ao confronto entre a Constituinte e o Governo e entre aquela e o poder econômico.

Por "bordaberrização" entendia-se a possibilidade de chegar o Brasil a um processo político idêntico ao que existiu no Uruguai, no passado recente, quando o então presidente daquele país, o civil Juan Maria Bordaberry, foi simples instrumento do poder militar.

A "bordaberrização" em causa resultaria da deterioração crescente do poder civil, posto em xeque diante da onda de denúncias sobre corrupção. Essa hipótese, no entanto, era considerada mais remota do que a da renúncia de Sarney, ditada por pressão de alguns auxiliares e de pessoas de sua família, levadas quase ao desespero, em face do que definem como cerco implacável e injusto ao Presidente.

Preocupação

Mesmo adversários políticos do Governo partilham das preocupações. O ex-governador Leonel Brizola, do Rio de Janeiro, declarou-se preocupado com a fraqueza do Governo Sarney, em conversa com o ex-deputado Getúlio Dias. Por esse motivo, tem ficado retraído, a fim de não agravar a situação.

Dentre os senadores que acompanham os acontecimentos estão os líderes do PMDB e do PDS, no Senado, respectivamente Fernando Henrique Cardoso e Jarbas Passarinho, além dos senadores Edison Lobão (PFL-MA), José Inácio (PMDB-ES), Leite Chaves (PMDB-PR) e os líderes do PFL e do PDT, Carlos Chiarelli (RS) e Maurício Corrêa (DF), estes dois mais empenhados em contestar as críticas do Governo à CPI sobre corrupção.

Em decorrência das análises feitas sobre a situação do País, uma das sugestões foi a de se levar ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, proposta de se aprovar, na Assembléia, projeto de decisão contra a hipótese de vácuo no poder, caso — como todos temem — Sarney renuncie à Presidência da República.

Pela Constituição em vigor, configurada a renúncia, Ulysses Guimarães teria de assumir o poder, em caráter temporário, e convocar eleições presidenciais diretas, dentro de trinta dias.

Acontece — lembram os senadores que analisaram essa questão — que Ulysses é candidato virtual à sucessão de Sarney e poderá não querer assumir a Presidência, em caráter temporário. Se o fizer, porém, os trabalhos da Constituinte ficarão afetados. Para evitar a extensão da crise decorrente do vácuo no poder, uma das hipóteses aventadas é a de determinar que a chefia do Governo seja atribuída ao presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Rafael Mayer, até trinta dias após o término dos trabalhos da Constituinte, quando se realizariam as eleições presidenciais diretas.

Riscos

Em conversas com amigos, o senador Jarbas Passarinho acha que um dos piores riscos de nossa crise política é a do vácuo de poder. Interessado em preservar o papel de mediador das Forças Armadas, como salvaguarda das instituições, o senador Passarinho receia que elas sejam obrigadas a abandonar essa postura, a fim de preencher o vácuo de poder, para evitar os desdobramentos imprevisíveis, mas sempre ameaçadores da estabilidade institucional, resultantes desse fenômeno.

O senador Luís Viana Filho (PMDB-BA) assegura que as Forças Armadas, a seu juízo, não querem de maneira nenhuma intervir no processo político. "Mas" — diz ele — "se sobreviver o caos, ninguém seja ingênuo o bastante para esperar que elas assistam, impassíveis, à catástrofe".



Passarinho e Lobão: Medo maior é o "vazio de poder"

Poder econômico faz pressões

Além das denúncias de corrupção e dos atritos decorrentes da disputa pelo poder e das dúvidas sobre a duração do mandato presidencial, uma nova explicação apareceu ontem para a crise política brasileira: o confronto entre a Constituinte e o poder econômico, nacional e estrangeiro.

Essa explicação, encampada por vários constituintes, foi externada pelo deputado Humberto Souto, do PFL mineiro. Em consequência, ele também considerou o presidente José Sarney vítima dos acontecimentos.

A Constituinte vem sendo exposta, sistematicamente, segundo Souto, a ataques os mais severos, pois está contrariando interesses econômicos nacionais e estrangeiros. Entre outras coisas, a Assembléia já assegurou medidas de proteção à empresa privada brasileira, a distribuição equitativa de rendas e preservou a riqueza do subsolo.

Tudo isso, para Souto, afeta interesses estabelecidos e que se opõem às reformas econômicas e sociais desejadas pela Constituinte.

No caso das acusações sobre corrupção, o constituinte do PFL acha que o objetivo, realmente, é desestabilizar o governo do presidente Sarney e, por esse caminho, a própria Assembléia Constituinte. Por isso, ele critica a estratégia dos adversários do Governo, achando que o natural, agora, seria concluir-se a elaboração da futura Carta Magna.

Corrupção

Mas, constituintes ligados ao governador Waldir Pires, da Bahia, lembram, a propósito, que muitos ataques à Assembléia têm partido do próprio Governo e de seus auxiliares, o que torna a situação mais complexa do que a admitida por Souto.

Parlamentares vinculados ao presidente Sarney preferem, por sua vez, deter-se na questão da corrupção, para acentuarem ser inadmissível que se pense em levar o genro do chefe do Governo, Jorge Murad, a depor na CPI da Corrupção, do Senado. Para esses congressistas, estar-se-ia reproduzindo o episódio da chamada república do Galeão, durante o governo de Getúlio Vargas, quando se convocou o irmão do presidente, Benjamin Vargas, a prestar depoimento numa base aérea.

O presidente da CPI, José Inácio (PMDB-ES), nega que se pretenda consumir essa convocação, a priori. Isso poderá acontecer, no desdobramento dos trabalhos da CPI, mas para efeito de esclarecimento dos fatos.

Na opinião dos integrantes da CPI, não há, em princípio, nada de extraordinário na convocação de Murad, na qualidade não de genro do Presidente, mas de seu auxiliar.

No governo Figueiredo, várias autoridades foram ouvidas por outra CPI sobre corrupção. Nos Estados Unidos, o Congresso fez o mesmo em relação ao governo Nixon.

Resposta dos amigos de Sarney, a tais argumentos: no governo Vargas, a convocação de Benjamin Vargas precipitou a crise política latente. Na França, do ex-presidente Jules Grevy, a denúncia do envolvimento de seu genro, Daniel Wilson, em atos de corrupção, também levou o chefe do governo francês à renúncia.

Mas, no Brasil, contra-argumentam os integrantes da CPI do Senado, Ruy Barbosa acusou o então presidente Hermes da Fonseca de corrupção e não houve renúncias.

Esforço

O que é certo, entre os constituintes, sejam quais forem suas posições político-partidárias, é que quase todos acham necessário um esforço conjunto para fazer com que a nova Constituição esteja pronta até o final de abril. O senador Jarbas Passarinho, por exemplo, reconhece que a incerteza e o clima de crise criam dificuldades para a solução dos problemas econômicos do País. O senador Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte, defende a união em torno de Ulysses, para a superação da crise. O episódio do comentário de Ulysses, sobre os ministros da Junta Militar de 1969 — chamados de "os três patetas" — agravou as tensões políticas.

Mas, graças à resposta comedida do ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, a situação se normalizou, embora alguns auxiliares do chefe do Governo tivessem procurado magnificar os acontecimentos.

Os senadores que debateram, no final da semana, a crise brasileira, reconheceram que, na verdade, muitos assessores de Sarney, por despreparo ou por interesse pessoal, estão apostando na crise. Nesse encontro de senadores, um deles definiu os governistas interessados em aprofundar a crise como os «adoradores do crocodilo», do regime, militar de 1964. A expressão «crocodilo» é do historiador francês Taine, usada para definir os saudosistas dos tempos de terror da Revolução Francesa.

Estes senadores reconhecem, em consequência de todos esses episódios, que a crise brasileira vem sendo alimentada, artificialmente, também pelo Governo, como aconteceu em certa fase do governo João Goulart. A crise de agora — na conclusão dos senadores — resulta do fato de que a Constituinte inclinou-se definitivamente por dar ao presidente Sarney apenas quatro anos de mandato. (R.A.L.)

Governo usa o rádio para fazer ataques

Nos dois últimos pronunciamentos feitos à Nação, através do programa radiofônico semanal "Conversa ao Pé do Rádio", o presidente José Sarney repetiu o que vem dizendo em conversas com políticos de sua intimidade: há forças interessadas em desestabilizar o e em incendiar o Brasil.

Referiu-se o Presidente às denúncias sobre corrupção, feitas, a seu ver, mais em função do jogo de ambições políticas do que do interesse efetivo de coibir aquela irregularidade.

Um dos signatários do pedido de constituição da CPI do Senado sobre corrupção na administração pública, o líder do PFL naquela Casa, senador Carlos Chiarelli (RS), não aceita os argumentos do Presidente. Para Chiarelli, "não é a CPI que gera crises, mas a corrupção". Portanto, a ser ver, "nesse assunto, as preocupações do Governo estão de sinais trocados".

Também o presidente da CPI, senador José Inácio, do PMDB do Espírito Santo, contesta que as investigações pretendam atingir o Governo, como um todo. "Queremos, sim, tirar a limpo acusações que são formuladas diariamente pela imprensa. A CPI se dedicará a investigar fatos concretos, a começar pela denúncia feita pelo ex-ministro da Seplan, Aníbal Teixeira, de irregularidades nesse órgão".

Alguns políticos de expressão, como o senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB no Senado, admitem que o Governo dá sinais de estar interessado em aprofundar, artificialmente, a crise brasileira.

"Mas se o Palácio do Planalto pensa que a crise artificial vai parar em sua porta e poupar seus ocupantes, esse pode ser um equívoco trágico", adverte o líder do PMDB.

Recentemente, num encontro com o ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, Fernando Henrique inteirou-se das preocupações das Forças Armadas com relação às denúncias genéricas de corrupção feitas contra o Governo. O líder peemedebista concordou com os males decorrentes das generalizações, mas também recordou ao general Leônidas que, no caso, também a Constituinte estava sendo vítima dessa prática. Até mesmo o Governo — segundo Fernando Henrique — estava fazendo coro com as acusações difusas contra a Constituinte. O presidente Sarney havia admitido, sem citar nomes, que alguns integrantes da CPI tinham sido beneficiados da corrupção eleitoral. Um Ministro de Estado defendia a "zeração" dos trabalhos da Assembléia, como se esta não tivesse produzido nada que prestasse, após um ano de funcionamento.

"Na verdade — observa o senador Chiarelli — o jogo político que se observa é o dos que são simpáticos à tese do mandato de cinco anos para o atual presidente".

O próprio presidente da Assembléia, Ulysses Guimarães, reage, no círculo de seus amigos, à idéia de que seja ele a força da ambição referida pelo presidente Sarney, nos pronunciamentos radiofônicos. "A mim — lembrou Ulysses, sexta-feira à noite — foi-me oferecida a Presidência da República, quando Tancredo Neves, enfermo, não pôde assumir o cargo. Rejeitei a hipótese, sustentando que a Presidência, naquela emergência, tinha de ser ocupada pelo então senador José Sarney, oriundo de um partido que não o PMDB, integrante da Aliança Democrática".

Para o senador Maurício Corrêa (PDT-DF), líder pedetista no Senado, não se pode atribuir à CPI da Corrupção nenhum propósito de criar crise política.

Para a maioria dos integrantes da CPI da Corrupção, as acusações feitas pelo Governo, relativamente aos objetivos da comissão, não só não procedem como não passam de pretexto para intimidar a Assembléia Constituinte. (RAL)